

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Revoltas liberais no início do Segundo Reinado: Francisco de Salles Torres Homem
imprensa e política

ROBERTA FELIX DA SILVA*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

2

Ao estudar a história da imprensa e dos impressos historiadores recentes têm se preocupado em utilizar um novo olhar sobre as fontes. Com um ponto de vista redimensionado, vêm superando visões anteriores que limitavam a imprensa enquanto portadora de “fatos” e de “verdades”. Através de perspectivas teóricas e metodológicas que combinam abordagens políticas e culturais, houve o desenvolvimento de trabalhos que buscaram estabelecer pontos de vistas distintos sobre temas anteriores, ou mesmo novos enfoques. Nesse contexto, os historiadores brasileiros que estudam o século XIX, têm privilegiado assuntos como a opinião pública, as redes de sociabilidades, a circulação das idéias na Corte e nas províncias, a recepção destas idéias, os mecanismos de ação política e a vinculação de diferentes projetos por meio da imprensa¹.

A análise de jornais e panfletos é um campo vasto, que nos possibilita compreendermos, entre outras coisas, a linguagem política de uma época. Por meio dos discursos publicados nos impressos, podemos encontrar vestígios do passado que são importantes para entendermos o debate de idéias, a sua apropriação e circulação. Algumas questões podem levantar sobre a análise dos discursos, como em qual contexto foram produzidas e divulgadas, qual grupo/atores políticos que as produziram. Seguindo as indicações teórico-metodológicas de autores como de Pocock (2003) e Skinner (2002), podemos identificar as características do pensamento de um determinado autor, como este se inseria em seu tempo, influenciando e sendo influenciado pelas idéias de outros indivíduos e grupos, como suas proposições eram recebidas e repercutiam e qual era a sua intenção ao produzir um texto.

Partindo destas concepções, propomos no presente trabalho analisar os discursos produzidos na imprensa por Francisco de Salles Torres Homem. Estes diziam respeito às revoltas liberais ocorridas no início do Segundo Reinado, a Revolução Liberal de São Paulo e Minas em 1842, e a Revolução Praieira em 1848. O publicista viu-se envolvido nos dois conflitos, fosse de maneira atuante como no primeiro momento, ou através dos impressos como no segundo, já que jornais e panfletos se constituíam enquanto mecanismos de ação política da disputa político-partidária entre as facções distintas. Pretendo identificar quais as idéias e propostas políticas do publicista naquele momento,

¹ Entre outros estudos ver: BASILE (2000), NEVES (2003), MOREL (2005), NEVES; MOREL & FERREIRA (2006).

3

como foi a sua participação nas revoltas, a relação das suas ideias com as concepções políticas da facção que se identificava. Também é importante entendermos a linguagem que o autor utilizava nos seus escritos, associando-as a o momento específico em que foram produzidas.

O regresso e as reformas centralizadoras

Para entendermos os conflitos ocorridos nos primeiros anos do Segundo Reinado, teremos que analisar as discussões e reformas empreendidas durante o final do Período Regencial. Este período como sabemos foi marcado por revoltas como Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Guerra dos Farrapos, entre outras manifestações. A eclosão destas fortalecia o clima de insegurança, fato que veio incentivar o ideal reformista e centralista nos seus últimos anos, guiado pelo regresso.

A política do regresso visava devolver ao governo central os poderes que perdera com a legislação descentralizadora da Regência, sobretudo com a reforma do Código do Processo Criminal em 1832, e com o Ato Adicional de 1834. O Código Processo Criminal, fixou normas para a aplicação do Código Criminal de 1830, sobretudo deu maiores poderes aos juízes de paz. O Ato Adicional à Constituição extinguiu o Conselho de Estado e criou assembleias legislativas nas províncias com maiores poderes para legislar sobre diversos assuntos. Era necessário rever estas reformas, aqueles que apoiavam o regresso viam no fato o restabelecimento da ordem e do poder centralizado a garantia da estabilidade do Império.

A revisão das reformas se tornou a bandeira central do projeto *regressista*, que foi realizado graças à ascensão da nova facção. O regresso saiu vitorioso das eleições nacionais para a legislatura que se iniciaria em 1838. Assumia o governo o recém-nomeado ministro do império Pedro de Araujo Lima, ex-caramuru convertido a bandeira do regresso, que foi nomeado regente. O gabinete se seguiu com Vasconcelos e José Joaquim Rodrigues Torres à frente, evidenciaria a nova direção política. Completariam o

4

governo o então deputado e presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino Soares de Souza, e Eusébio de Queiroz², nomeado chefe de polícia da corte (BASILE, 2011: 90-91).

Durante a regência de Araújo Lima se iniciaram as reformas centralizadoras. A Lei de Interpretação do Ato Adicional, aprovada em 12 de maio de 1840, restringiu o poder provincial e fortaleceu o poder central do Império. Era claro o intuito de reduzir a descentralização, retirando parte significativa da autonomia provincial, havia o clima de desilusão com estas reformas liberais. O Código Processo Criminal, também foi alterado sua reforma estabelecia rígida hierarquia de cargos e funções, centralizando toda a estrutura judiciária e policial do império (BASILE, 2011: 87-89).

O final das Regências foi um período de redefinições políticas, as cisões entre os moderados e os novos agrupamentos e subdivisões políticas geraram dois grupos políticos distintos os regressistas e os progressistas, que no Segundo Reinado dominariam a cena política e sendo conhecidos respectivamente enquanto conservadores e liberais. Os progressistas surgiram em resposta e oposição ao regresso. Ao serem afastados do poder passaram a apoiar a maioria de Pedro de Alcântara, era o caminho no sentido de conter as reformas centralizadoras e garantir o retorno às decisões do Estado perdido com o regresso.

O plano da maioria teve como articulador principal o *Clube da Maioridade*, que foi uma sociedade organizada por alguns deputados e senadores, tendo como seu idealizador o senador José Martiniano de Alencar, com o intuito promover a maioria do futuro imperador. A campanha a favor da maioria ganhou debates na Câmara e no Senado, alcançando a opinião pública por meio dos jornais, principalmente de *O Despertador* (1838-1841) que apoiou e reforçou o projeto publicando artigos e os debates do senado e da câmara. A maioria foi conquistada em 23 de julho de 1840, era o início do Segundo Reinado.

As discussões ocorridas no final do Período Regencial foram importantes para entendermos as origens das disputas pelo poder que se desenrolaram posteriormente, com

² Posteriormente Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino Soares de Souza futuro Visconde do Uruguai e Eusébio de Queiroz, representariam os *conservadores* fluminenses que ficariam conhecidos enquanto *saquaremas*, estes por sua vez, teriam a predominância política durante o Segundo Reinado. Os três juntos exerceriam a direção do partido, formando a “*trindade saquarema*” Ver Mattos (2011).

5

a oposição entre liberais e conservadores. Estas disputas teriam contornos mais nítidos nos primeiros anos do Segundo Reinado, nos conflitos políticos que gerariam as revoltas liberais. O Império só alcançaria certa estabilidade no período da conciliação.

Disputas pelo poder no início do Segundo Reinado, as Revoluções liberais de 1842 e 1848

D. Pedro II assumiu o trono escolhendo para o novo ministério nomes que apoiaram a sua maioria. O primeiro gabinete escolhido por ele ficou então conhecido como *Gabinete Maiorista*. No entanto, este não durou mais que oito meses e a maior parte de seus aliados voltou, em 1842, a atacar o governo levando às últimas conseqüências. As eleições altamente fraudulentas realizadas para a legislatura que teria início em 1842 enfraqueceu ainda mais o ministério que veio a cair no começo de 1841. (HÖRNER, 2010:107)

Logo após a posse do gabinete de 23 de março de 1841, que era de maioria regressista, os liberais iniciaram a sua oposição. A imprensa teve grande destaque nesse período servindo enquanto porta voz dos debates políticos. Um jornal que se destacou pela oposição que fez a este ministério, divulgando as discussões da época foi o jornal político *O Maiorista*, publicado entre 1841 e 1842. Através dele podemos observar quais foram as principais questões que se desenrolaram no período, estas culminaram no conflito armado, conhecido como Revolução Liberal de 1842, ocorridas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

O jornal tinha como redator Francisco de Salles Torres Homem, ex-moderado, progressista e liberal. Este também foi redator de *O Despertador*, jornal onde apoiou a maioria do imperador, incentivando a opinião pública sobre o assunto. Em oposição ao *Despertador*, e posteriormente de oposição também ao *Maiorista*, os regressistas lançaram *O Brasil* tendo como redator principal Justiniano Jose da Rocha, importante jornalista do Império. As acusações eram constantes entre ambos os jornais, que expressavam as concepções político-partidárias de facções distintas.

O primeiro número de *O Maiorista* fez referência às facções políticas, de acordo com ele duas grandes divisões existiriam desde épocas remotas e dois grandes partidos se

6

reportavam naquele momento a população. Um deles seria o “partido nacional”, que seriam os liberais. O jornal garantiu que faria um discurso imparcial ao tratar dos assuntos, fato que não ocorreu. A imprensa não era forma alguma neutra, as discussões seguiam posicionamentos político-ideológicos. O ministério maiorista foi defendido ao longo do jornal, era evidente a sua adesão ao projeto político dos liberais. De acordo com o jornal, um dos grandes problemas enfrentados por esse ministério teria sido a pacificação do Rio Grande do Sul, fato que agravou a situação dos maioristas sendo substituídos.

Outro tema tratado no primeiro número de *O Maiorista* foi a respeito da demissão do presidente da província de São Paulo, o Sr. Rafael Tobias. Este foi substituído pelo Sr. José da Costa Carvalho, o Barão de Monte Alegre, homem de confiança do gabinete 23 de março. Naquele momento os paulistas eram vistos por alguns enquanto “anarquistas” e “separatistas”, o artigo publicado foi justamente para defendê-los destas acusações.

Para o jornal “desde os tempos da independência os homens mais importantes daquela província, os que sobressaíam por inteligência, moralidade, e riquezas, abraçaram com entusiasmo a opinião da monarquia representativa no Brasil.” Os paulistas não contestaram a sua separação, como insistiam os seus adversários políticos, e como o próprio jornal expõe, eles apenas desejavam garantir a sua participação no governo, perdida após o ministério conservador assumir o poder. Eles não se opunham a monarquia, da qual também aderiram.

A situação ficou cada vez mais acirrada principalmente com a criação do projeto de Conselho de Estado a ser votado no senado. A oposição feita ao projeto pelos liberais, foi publicada em *O Maiorista*, dizia respeito ao discurso do senador Francisco de Paula Sousa e Melo que era responsável pelas discussões contra o projeto no senado.

As horas das sessões em que tem sido ventiladas, pertencem incontestavelmente ao Sr. Paula e Souza, cada um dos discursos do sábio senador tem sido um triunfo para as ideias que defende, e alguns de seus opositoristas, mesmo os mais pessoalmente interessados na organização singular e monstruosa do projeto, como o Sr. Vasconcelos, se acharam mais de uma vez na necessidade de recuar diante da dialética forte e irresistível(...) (O MAIORISTA, 1841:66).

7

De acordo com o artigo a criação de um Conselho de Estado no padrão francês não era ruim, o problema residia no fato dos conselheiros serem vitalícios e principalmente por representarem os interesses das facções que representavam.

Devem ser vitalícios os conselheiros, e limitado o seu numero?(...)Como pois torná-lo vitalício? De que serviria tal conselho? Não seria o mesmo que sujeitar o tolerado de uma vez para sempre o jugo de conselheiros de uma opinião fixa, forçá-lo a encarar os negócios públicos por uma só face por aquela, que esse conselho representar? Sim, e nesta hipótese longe de ser um benefício para o país e um auxílio para a coroa, esta instituição assim organizada, seria uma verdadeira calamidade nacional, o interesse e o pensamento da facção feliz, que nomeasse os conselheiros, eternamente preponderariam ou antes dominariam sem contrapeso nos conselhos da coroa(...) (O MAIORISTA, 1841:66).

Apesar dos debates o projeto de Conselho de Estado foi aprovado em 1841, os conservadores conseguiram concluir as reformas que pretendiam.

Somado a todas as mudanças e reformas que gabinete de 23 de março estava realizando, outra questão acirrou os ânimos dos liberais naquele momento, a dissolução da futura Câmara eleita para as legislaturas de 1842, sob a acusação de fraude nas eleições. Essas eleições ficaram conhecidas como *Eleições do Cacete*, pois o pleito foi marcado por fraudes e uso de violência física, só assim os liberais puderam garantir a sua vitória eleitoral.

Ao dissolver a Câmara, o imperador fez uso do Poder Moderador. Este poder constitucional, baseado nas ideias de Benjamin Constant, em sua versão brasileira, dava ao governante a chefia do Estado e, via ministros, do governo. O imperador escolhia livremente os ministros e, quando solicitado, podia dissolver a Câmara (CARVALHO, 2011:98).

O artigo publicado em *O Maiorista*, sobre o assunto mostrava indignação com o fato, sendo considerado enquanto um “verdadeiro golpe de estado”. Apesar disso, reconhecia que o poder moderador possuía a prerrogativa de dissolver a Câmara, mas refutava que tal ato deveria ser bem analisado. “Não é pois a dissolução da Câmara dos Deputados, uma medida ordinária que o poder moderador deva empregar, quando julgue

8

simplesmente útil, é preciso que assim o exija a salvação do estado” (O MAIORISTA, 1841: 69).

Devido às circunstâncias descritas, deposição do presidente da província de São Paulo, reformas conservadoras, dissolução da futura Câmara de maioria liberal, somado as particularidades das províncias, fez o clima de insatisfação crescer entre os liberais, principalmente aqueles das províncias de São Paulo e Minas Gerais ³, que pegaram em armas, no conflito que ficou conhecido como Revolução Liberal de 1842.

A intenção do redator de *O Maiorista*, Salles Torres Homem, era expor os acontecimentos da época sob a ótica da facção que representava se posicionando conforme os ideais e princípios liberais. Expressou a sua insatisfação com os rumos da política utilizando uma linguagem de protesto. Era um momento em que os ânimos estavam exaltados, um conflito armado poderia acontecer, e não era descartado.

Em quase um ano de publicação seguiu divulgando os principais acontecimentos das províncias, discutindo e criticando as reformas e o Ministério. O jornal acabou em março de 1842, possivelmente devido a prisão do seu redator que foi preso, depois do envolvimento nas revoltas daquele ano.

Os grupos políticos distintos se manifestavam através do jornalismo, visto que muitos jornalistas eram também políticos, o jornalismo era também uma forma de fazer política. Foi assim com Salles Torres Homem, redator e escritor de jornais logo se inseriu na política, sendo eleito para a legislatura de 1842, perdeu o seu mandato pela dissolução da Câmara, fato que deve ter gerado mais descontentamento. Desta forma, participou das revoltas liberais de 1842, como então secretário da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, sociedade secreta fundada por José Martiniano de Alencar, o mesmo fundador do *Clube da Maioridade* em 1840. Da associação faziam parte também Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni, entre alguns outros liberais. A sociedade secreta possuía sua sede central na cidade do Rio de Janeiro, e outras unidades nas províncias, fornecendo apoio as revoltas liberais, por isso seus membros foram presos e exilados. Por conta de ter participado da *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis* Salles Torres Homem, foi um dos presos, sendo deportado em 1842, junto com outros envolvidos, regressando ao Brasil em 1843.

³ Ver: HÖRNER (2010).

As revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais não eram separatistas como a do Rio Grande do Sul, o que estava em jogo era a disputa pelo poder, os líderes das duas queriam garantir a sua participação no governo. Em 1844, os liberais, derrotados no campo de batalha em 1842, foram chamados ao governo e uma anistia lhes foi concedida. (CARVALHO, 2012:97). A partir dessa data até 1848 ocuparam o ministério.

Em 1848, outra revolta realizada pelos liberais atingiu o Império, desta vez na província de Pernambuco. Os liberais praieiros como era conhecido parte do grupo liberal que formava o Partido da Praia ou Partido Praieiro, resistiram em deixar seus cargos públicos e policiais, quando da inversão política determinada em 1848, agindo como estopim para a eclosão da resistência armada e da repressão movida pelas autoridades conservadoras recém empossadas (MARSON, 1980:2). O que estava em jogo mais uma vez era a disputa pelo poder, o afastamento dos liberais do controle da província deflagrou o movimento. O embate pernambucano ocorreu entre novembro de 1848 e abril de 1849, terminando com a derrota dos praieiros.

Nesse período o liberal Salles Torres Homem, escreveu o panfleto político *O Libelo do Povo*, sob o pseudônimo de Timandro. Este foi lançado no Rio de Janeiro no mesmo dia em que chegou a notícia da derrota dos revoltosos pernambucanos em seu ataque ao Recife (VIANNA, 1960:261). Enquanto político e jornalista utilizou os jornais e panfletos como canal de discussão, através deles pode manifestar o seu descontentamento a cerca dos acontecimentos. No panfleto serviu-se de textos e fontes literárias, mostrando que conhecia o assunto, reconstituiu em forma de drama, a história da revolução no Brasil desde a independência até o ano de 1849 (MARSON, 1998:78).

A Praieira foi o motivo pelo qual Salles Torres Homem escreveu o panfleto. Ele não participou ativamente desta revolta, mas guardava a lembrança da derrota dos liberais em 1842. O panfletário distinguiu a revolta liberal de 1842 das revoltas do período regencial, da primeira teriam participado “a flor da sociedade brasileira”, os liberais membros da chamada “boa sociedade”⁴; enquanto a segunda contou com a “a escória da população”, ou seja, a massa ignorante da população.

⁴ Expressão utilizada por Ilmar R. Mattos (1991) & (2011). A boa sociedade era composta pelos homens dotados de liberdade, propriedade e educação, eles eram responsáveis pelo controle do Império.

10

Timandro procurou fundamentar a legitimidade da conduta dos praieiros. Relacionou-a como um partido liberal indistinto no tempo (1822-1849) e a um também genérico povo brasileiro. Identificou suas origens no passado, no confronto que vinha se desenrolando desde a independência entre a “soberania nacional e a prerrogativa real”. A rebeldia armada era também uma tentativa de desmascaramento da Monarquia Constitucional praticada no Império. Ela se constituía ora numa “comédia de mais gosto”, quando o poder moderador intervinha nos ministérios e no desempenho da Câmara; ora em “drama sanguinolento”, quando os cidadãos, reagindo às interferências inconstitucionais dos Príncipes, recorriam às armas e eram violentamente reprimidos (MARSON, 1998:78).

O Libelo do Povo foi escrito em um momento político conturbado, mais uma vez o publicista perdia seu mandato parlamentar e mais uma vez a facção política que representava era afastada do poder. Resolveu escrever o panfleto demonstrando ao longo dos seis capítulos o compromisso político que mantinha com liberais. Com uma linguagem exaltada, refez o percurso dos liberais desde o início do Primeiro Reinado até 1849.

Destacou a participação dos liberais em momentos políticos importantes, dando ênfase ao que seria as fases “revolucionárias” da história do Império do Brasil, como a Independência em 1822, e principalmente Abdicação de D. Pedro I em 1831, a Revolução Liberal de 1842 e a Praieira em 1848. *O Libelo do Povo* passou a viver o mito da Revolução, até mesmo porque esta sempre aparecia traída ou incompleta em suas páginas (MATTOS, 2011:157). Esse processo revolucionário ainda não estaria completo.

“Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas ideias e sentimentos da nação... revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara, de dia em dia, de hora em hora, a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania!” (SALLES TORRES HOMEM, 2009:121).

No panfleto percebemos o ressentimento do autor. Ele criticou o afastamento dos liberais do poder após a maioria. “Oito meses não decorriam ainda depois da ascensão

11

do monarca e já o governo do partido, que a efetuar, achava-se derribado, proscrito, sem causa honesta e legítima(...)" (SALLES TORRES HOMEM, 2009:92). A liberdade defendida pelos liberais não teria sido bem acolhida pela instituição monárquica de acordo com Timandro. A Coroa preferiu escolher um novo ministério em que retornou ao poder figuras do absolutismo do tempo de D. Pedro I.

As reformas empreendidas durante o Regresso levariam a oposição o "partido da liberdade", causado as revoltas liberais de 1842, e após 1842 "foi restabelecida a confiança e plantada a ordem na totalidade do Império; (...) ordem sólida, que deu ao país cinco anos de repouso e bonança(...)" (SALLES TORRES HOMEM, 2009:97), ordem rompida em 1848, quando os liberais perdem mais uma vez o poder.

Timandro defende o princípio da soberania. O povo⁵ escolheria os seus representantes através das eleições, e nas instituições legislativas como a Câmara dos Deputados, que esse princípio de soberania estaria representando garantido. O autor sustentava como premissa da Liberdade a prevalência do Corpo Legislativo ou Representação Nacional, pois somente assim estaria garantida a soberania nacional, permanentemente ameaçada, – quer pela presença ainda avassaladora do elemento português, visto como absolutista e recolonizador, e que emprestava força a restauração dos saquaremas, ao afirmar o "pacto de aliança dos inimigos da liberdade com os inimigos da nacionalidade", na denuncia de Timandro (MATTOS, 2011:153).

Os liberais, de acordo com Timandro, não eram contra o regime monárquico, ele fez críticas a monarquia, porque esta seguia as influências "inconstitucionais dos ministros", já que dissolveu a Câmara dos Deputados símbolo do corpo constitucional, agindo contra a soberania nacional. Desta forma, caminhando em suas contradições, os Liberais não conseguiram evitar que a Liberdade que defendiam fosse atrelada ao princípio da Ordem e à Monarquia, aos quais também aderiram (MATTOS, 2011:99).

Naquele momento o Imperador podia escolher o ministério que desejasse, escolher os presidentes das províncias, dissolver a câmara dos deputados, atos considerados por Timandro como anticonstitucionais. Ele termina o panfleto falando da restauração saquarema ao poder naquele período, da perseguição sofrida pelos liberais, e cita o

⁵ Timandro destaca o povo enquanto os aptos a votar, ou seja, os eleitores dotados de liberdade e posse.

12

conflito em Pernambuco, esta província teria sido escolhida como alvo dos ataques naquele momento e os liberais se rebelavam mais uma vez.

O autor fala que foi necessário não só demitir o presidente da província de Pernambuco, mas perseguir e conquistar pelas armas as províncias uma a uma, e a de Pernambuco teria sido a escolhida para isso, ela possuía tantos títulos para esta preferência. O que houve foi a deposição do presidente da província e perseguições do governo que visava o privilégio de alguns. Timandro dizia que o poder do Imperador,

era emprestado, convencional, subordinado ao parecer e à vontade da nação, que é a origem de sua superioridade artificial e na qual exclusivamente reside a força real, a majestade verdadeira e o poder sem condições. Só ela é soberana; só ela é augusta; só ela é perpétua; é perante ela que os reis devem inclinar-se respeitosamente. A supremacia do nascimento e do direito divino é a teoria incompreensível e absurda do cortesão; a soberania do povo é a única confessada pela civilização, pela justiça, pela consciência do gênero humano (SALLES TORRES HOMEM, 2009:107).

Esta era a afirmação do princípio democrático, em 1849, após o esmagamento da praieira (MATTOS, 2011:153). Tratava-se de garantir a Liberdade pela subordinação da Coroa ao Executivo ao poder que era a Representação Nacional. Dessa forma as liberdades estariam garantidas.

Como vimos Francisco de Salles Torres Homem enquanto jornalista e político participou de maneira distinta dos conflitos empreendido pelos liberais. O que estava em jogo nos dois momentos, era a disputa pelo poder, os liberais de São Paulo e Minas Gerais em 1842 e os de Pernambuco em 1848, pegaram em armas revoltados com o seu afastamento do controle das províncias.

A fim de livrar o Brasil da “oligarquia” que o dominava, o publicista apoiou as duas revoltas. Através da imprensa pode expressar a sua opinião e defender o projeto político dos liberais, que de maneira simplificada era baseado em uma maior autonomia provincial e a descentralização política e administrativa. No trecho abaixo Timandro fala sobre o assunto.

O futuro! Sim: ele nos revelará, se nossas províncias separadas por vastos desertos, e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza e que tolhe sua prosperidade, distraíndo as condições de seu desenvolvimento; ou se não se preferirá antes o regime federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra, nem pode circular a seiva animadora da civilização. (SALLES TORRES HOMEM, 2009:89).

Tanto no jornal que publicou entre 1841-1842, quanto no panfleto de 1848, ele defendeu uma causa, tentou convencer a opinião pública, escrevendo ao mesmo tempo para os seus correligionários quanto para seus adversários. Além disso, enquanto Timandro tentou demonstrar através do *Libelo* que existia um “partido liberal” forte que lutou em momentos importantes pela liberdade, progresso e o desenvolvimento da nação. Para ele este partido estava ligado a história do império de maneira ativa participando dos marcos revolucionários (1822,1831,1842,1848) tendo a frente “flor da sociedade”.

Desta forma, o panfleto estabeleceu uma identidade política liberal contínua no tempo, que perpassava diferentes fases do Império. Salles Torres Homem, versado nas letras e na política, fez críticas ao governo, e ao mesmo tempo, procurou fortalecer a imagem dos liberais abaladas com os conflitos.

Referências bibliográficas

Periódicos:

O MAIORISTA. Rio de Janeiro, 1841-1842.

Livros:

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In Ricardo Salles & Keila Grinberg (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

14

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

HÖRNER, Erik. . *Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

_____. *O Império da Revolução: Matrizes interpretativas dos conflitos da Sociedade Monárquica*. In. FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, USF/Contexto, 1998, p.73-102.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. & GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade, a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. 10ª ed, São Paulo: Atual, 1991.

MOREL, Marco, *As transformações nos espaços públicos: Imprensa, Atores e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: ed. HUCITEC, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Corcundas, Constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro: Editora Revan/FAPERJ, 2003.

_____. MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.), *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: ed. DP&A/FAPERJ, 2006.

POCOCK, J.G. A., *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

SALLES TORRES HOMEM, Francisco de. *O Libelo do Povo*. In. Raimundo Magalhães Junior. *Três panfletários do segundo reinado: Francisco de Sales Torres Homem e o "Libelo do povo", Justiniano José da Rocha e "Ação; reação; transação", Antonio Ferreira Viana e "A conferência dos divinos"*. Academia Brasileira de Letras, 2009 (Coleção Afrânio Peixoto, 86)

SKINNER, Quentin. *Visões da Política questões metodológicas*. Portugal: Difel, 2002.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

15

VIANNA, Hélio. *Francisco Sales de Torres Homem*. Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 246, 1960.